

A idéia da representação política não é nova e vem dos tempos da mudança:



PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL DIÁRIO OFICIAL

ANO 1 - N.º 1

BRASILIA

SEGUNDA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 1960

L. 3.751 - 1960 - 18 DE MAIO DE 1960

Disposição sobre a organização administrativa do Distrito Federal.

O Presidente da República:
Pelo que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte Lei:

TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1.º A organização administrativa do Distrito Federal, a partir da mudança da capital para Brasília, será regulada por esta Lei.

Art. 2.º Compete ao Distrito Federal exercer todos os poderes e direitos que lhe são explicita ou implicitamente deferidos pela Constituição e pelas leis, e especialmente:

I - Organizar os seus serviços administrativos;

II - Prover as necessidades do seu governo e da sua administração, podendo, se necessário, pedir auxílio à União;

III - Dispor sobre os direitos e deveres dos seus funcionários e organizar o respectivo estatuto;

IV - Elaborar leis supletivas ou complementares da legislação federal, nos termos do art. 6.º da Constituição;

V - Decretar impostos sobre:

a) propriedade imobiliária em geral;

b) transmissão de propriedade de bens móveis;

c) transmissão de propriedade imobiliária em geral;

d) vendas e consignações efetuadas por comerciantes e produtores, inclusive industriais, locais, porém, a primeira operação do pequeno produtor, como tal definido em lei;

e) exportação de mercadorias de sua produção para o estrangeiro, até o máximo de cinco por cento do valor, vedadas quaisquer adicionais;

f) indústrias e profissões;

g) alcos emanados do seu governo e negócios da sua economia ou regulados por lei da sua competência;

A) licenças;

b) direitos públicos;

VI - Decretar quaisquer impostos não atribuídos privativamente à União, observado, no que couber, o preceito dos arts. 31 e 32, I, da Constituição;

VII - Contribuir, de melhor forma, quando se verificar valorização do imóvel em consequência de obras públicas;

b) taxas;

c) multas de qualquer natureza;

d) quaisquer outras rendas que possam prover o exercício das suas atribuições e da utilização ou retribuição de seus bens e serviços.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

VIII - Realizar operações de crédito nos termos da Constituição.

IX - Pagar concessões de serviços públicos não reservados à União.

1.º O imposto territorial não incidirá sobre sítio de terra literária a vinte hectares, quando o cultivo, só ou com a sua família o proprietário, desde que não possum, outro imóvel.

2.º O imposto de transmissão de propriedade inter vivos, bem como a sua incorporação ao capital de sociedade, incidirá sobre bens e formas legais de transmissão, inclusive a cessão de direito à arrendação ou adjudicação.

3.º A contribuição de melhoria não poderá ser exigida em limites superiores às despesas realizadas, nem ao acréscimo do valor que da obra houver decorrido para o imóvel beneficiado.

4.º A arrecadação, cobrança e fiscalização dos impostos deferidos de conformidade com a lei que os institui e regular. Poderão ser criados conselhos com participação dos contribuintes para julgamento das recusas administrativas, na forma estabelecida por lei.

5.º A Fazenda do Distrito Federal, pelos seus representantes, intervirá obrigatoriamente em todos os processos judiciais, contenciosos ou administrativos, dos quais lhe possam resultar direitos ou obrigações.

Art. 3.º Compete ao Distrito Federal, concomitantemente com a União:

I - Valor pela observância da Constituição e das Leis;

II - Cuidar da saúde pública e da assistência social;

III - Privilegiar as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico;

Art. 4.º Ao Distrito Federal, no desempenho da missão de promover o bem comum, incumbem:

a) velar pela cidade de Brasília, pelas cidades satélites e comunidades que a envolvem, no território do Distrito Federal;

b) manter serviços de amparo à maternidade, à infância, à velhice e à invalidez;

c) organizar o seu sistema de ensino, difundir a instrução através de escolas públicas de todos os graus e fomentar, por todos os meios ao seu alcance, o aproveitamento das capacidades individuais e o aperfeiçoamento da cultura;

Art. 5.º O governo do Distrito Federal será exercido pelo Prefeito e pela Câmara do Distrito Federal, com a cooperação e assistência dos órgãos de que trata a seguinte Lei.

CAPÍTULO II

DO PLENÁRIO

Seção I

Art. 6.º Compete ao Distrito Federal:

I - votar anualmente o orçamento, podendo reduzir, porém nunca aumentar, a despesa global proposta;

II - legislar sobre as matérias de competência do Distrito Federal, e em caráter supletivo ou complementar, sobre as mencionadas no art. 6.º da Constituição, respeitadas as leis federais que regulam a organização administrativa e judiciária do Distrito Federal;

III - dispor, em regimento interno, sobre a sua organização e sobre a criação e provimentos de cargos de sua secretaria;

IV - fixar o subsídio do prefeito e os de seus próprios membros, no último ano de cada legislatura, para o período da imediata, vedada qualquer alteração em outra época.

Art. 7.º - A Câmara será eleita pelo prazo de 4 (quatro) meses, vedada a prorrogação.

Parágrafo único - Aplicam-se às eleições para a Câmara do Distrito Federal as inelegibilidades previstas no art. 139, V, da Constituição Federal.

Art. 8.º - Compete à Câmara do Distrito Federal:

I - votar anualmente o orçamento, podendo reduzir, porém nunca aumentar, a despesa global proposta;

II - legislar sobre as matérias de competência do Distrito Federal, e em caráter supletivo ou complementar, sobre as mencionadas no art. 6.º da Constituição, respeitadas as leis federais que regulam a organização administrativa e judiciária do Distrito Federal;

III - dispor, em regimento interno, sobre a sua organização e sobre a criação e provimentos de cargos de sua secretaria;

IV - fixar o subsídio do prefeito e os de seus próprios membros, no último ano de cada legislatura, para o período da imediata, vedada qualquer alteração em outra época.

Art. 9.º - A Câmara será eleita pelo prazo de 4 (quatro) meses, vedada a prorrogação.

Parágrafo único - Aplicam-se às eleições para a Câmara do Distrito Federal as inelegibilidades previstas no art. 139, V, da Constituição Federal.

Art. 10.º - Compete à Câmara do Distrito Federal:

I - votar anualmente o orçamento, podendo reduzir, porém nunca aumentar, a despesa global proposta;

II - legislar sobre as matérias de competência do Distrito Federal, e em caráter supletivo ou complementar, sobre as mencionadas no art. 6.º da Constituição, respeitadas as leis federais que regulam a organização administrativa e judiciária do Distrito Federal;

III - dispor, em regimento interno, sobre a sua organização e sobre a criação e provimentos de cargos de sua secretaria;

IV - fixar o subsídio do prefeito e os de seus próprios membros, no último ano de cada legislatura, para o período da imediata, vedada qualquer alteração em outra época.

Art. 11.º - A Câmara será eleita pelo prazo de 4 (quatro) meses, vedada a prorrogação.

Parágrafo único - Aplicam-se às eleições para a Câmara do Distrito Federal as inelegibilidades previstas no art. 139, V, da Constituição Federal.

Art. 12.º - Compete à Câmara do Distrito Federal:

I - votar anualmente o orçamento, podendo reduzir, porém nunca aumentar, a despesa global proposta;

II - legislar sobre as matérias de competência do Distrito Federal, e em caráter supletivo ou complementar, sobre as mencionadas no art. 6.º da Constituição, respeitadas as leis federais que regulam a organização administrativa e judiciária do Distrito Federal;

III - dispor, em regimento interno, sobre a sua organização e sobre a criação e provimentos de cargos de sua secretaria;

IV - fixar o subsídio do prefeito e os de seus próprios membros, no último ano de cada legislatura, para o período da imediata, vedada qualquer alteração em outra época.

Art. 13.º - A Câmara será eleita pelo prazo de 4 (quatro) meses, vedada a prorrogação.

Parágrafo único - Aplicam-se às eleições para a Câmara do Distrito Federal as inelegibilidades previstas no art. 139, V, da Constituição Federal.

Art. 14.º - Compete à Câmara do Distrito Federal:

I - votar anualmente o orçamento, podendo reduzir, porém nunca aumentar, a despesa global proposta;

II - legislar sobre as matérias de competência do Distrito Federal, e em caráter supletivo ou complementar, sobre as mencionadas no art. 6.º da Constituição, respeitadas as leis federais que regulam a organização administrativa e judiciária do Distrito Federal;

III - dispor, em regimento interno, sobre a sua organização e sobre a criação e provimentos de cargos de sua secretaria;

IV - fixar o subsídio do prefeito e os de seus próprios membros, no último ano de cada legislatura, para o período da imediata, vedada qualquer alteração em outra época.

Art. 15.º - A Câmara será eleita pelo prazo de 4 (quatro) meses, vedada a prorrogação.

Parágrafo único - Aplicam-se às eleições para a Câmara do Distrito Federal as inelegibilidades previstas no art. 139, V, da Constituição Federal.

Art. 16.º - Compete à Câmara do Distrito Federal:

I - votar anualmente o orçamento, podendo reduzir, porém nunca aumentar, a despesa global proposta;

II - legislar sobre as matérias de competência do Distrito Federal, e em caráter supletivo ou complementar, sobre as mencionadas no art. 6.º da Constituição, respeitadas as leis federais que regulam a organização administrativa e judiciária do Distrito Federal;

III - dispor, em regimento interno, sobre a sua organização e sobre a criação e provimentos de cargos de sua secretaria;

IV - fixar o subsídio do prefeito e os de seus próprios membros, no último ano de cada legislatura, para o período da imediata, vedada qualquer alteração em outra época.

Art. 17.º - A Câmara será eleita pelo prazo de 4 (quatro) meses, vedada a prorrogação.

Parágrafo único - Aplicam-se às eleições para a Câmara do Distrito Federal as inelegibilidades previstas no art. 139, V, da Constituição Federal.

Art. 18.º - Compete à Câmara do Distrito Federal:

I - votar anualmente o orçamento, podendo reduzir, porém nunca aumentar, a despesa global proposta;

II - legislar sobre as matérias de competência do Distrito Federal, e em caráter supletivo ou complementar, sobre as mencionadas no art. 6.º da Constituição, respeitadas as leis federais que regulam a organização administrativa e judiciária do Distrito Federal;

III - dispor, em regimento interno, sobre a sua organização e sobre a criação e provimentos de cargos de sua secretaria;

IV - fixar o subsídio do prefeito e os de seus próprios membros, no último ano de cada legislatura, para o período da imediata, vedada qualquer alteração em outra época.

Art. 19.º - A Câmara será eleita pelo prazo de 4 (quatro) meses, vedada a prorrogação.

Parágrafo único - Aplicam-se às eleições para a Câmara do Distrito Federal as inelegibilidades previstas no art. 139, V, da Constituição Federal.

Art. 20.º - Compete à Câmara do Distrito Federal:

I - votar anualmente o orçamento, podendo reduzir, porém nunca aumentar, a despesa global proposta;

II - legislar sobre as matérias de competência do Distrito Federal, e em caráter supletivo ou complementar, sobre as mencionadas no art. 6.º da Constituição, respeitadas as leis federais que regulam a organização administrativa e judiciária do Distrito Federal;

III - dispor, em regimento interno, sobre a sua organização e sobre a criação e provimentos de cargos de sua secretaria;

IV - fixar o subsídio do prefeito e os de seus próprios membros, no último ano de cada legislatura, para o período da imediata, vedada qualquer alteração em outra época.

Art. 21.º - A Câmara será eleita pelo prazo de 4 (quatro) meses, vedada a prorrogação.

Parágrafo único - Aplicam-se às eleições para a Câmara do Distrito Federal as inelegibilidades previstas no art. 139, V, da Constituição Federal.

Lei de JK criava Câmara de Vereadores para Brasília

No momento em que o país aguarda as prometidas reformas constitucionais, vários parlamentares defendem uma representação política para Brasília, desconhecendo, quase todos, que em 1960 Juscelino Kubitschek já assinava uma lei criando uma Câmara de Vereadores para a cidade.

E a Lei 3.751, assinada em 13 de abril de 1960, que ao dispor sobre a organização administrativa do Distrito Federal, trazia no capítulo II, do Poder Legislativo, o seguinte texto:

Art. 6.º - O Poder Legislativo será exercido pela Câmara do Distrito Federal, composta de vinte vereadores, eleitos pelo povo, por ocasião das eleições para o Congresso Nacional.

Art. 7.º - A Câmara será eleita pelo prazo de 4 (quatro) meses, vedada a prorrogação.

Parágrafo único - Aplicam-se às eleições para a Câmara do Distrito Federal as inelegibilidades previstas no art. 139, V, da Constituição Federal.

Art. 8.º - Compete à Câmara do Distrito Federal:

I - votar anualmente o orçamento, podendo reduzir, porém nunca aumentar, a despesa global proposta;

II - legislar sobre as matérias de competência do Distrito Federal, e em caráter supletivo ou complementar, sobre as mencionadas no art. 6.º da Constituição, respeitadas as leis federais que regulam a organização administrativa e judiciária do Distrito Federal;

III - dispor, em regimento interno, sobre a sua organização e sobre a criação e provimentos de cargos de sua secretaria;

IV - fixar o subsídio do prefeito e os de seus próprios membros, no último ano de cada legislatura, para o período da imediata, vedada qualquer alteração em outra época.

AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES

O artigo 41 determinava que as eleições para a Câmara do Distrito Federal teriam lugar, pela primeira vez, a três de outubro de 1962. Já o artigo 40 dispunha que as leis do Distrito Federal, até que se instalasse a Câmara respectiva, seriam feitas pelo Congresso Nacional com a sanção do Presidente da República.

Na seção "Da responsabilidade do prefeito e dos secretários-gerais", determina a lei que no caso de denunciado o prefeito, a Junta de Investigação, após ouvi-lo, apresentará, no prazo de 20 dias, um circunstanciado relatório à Câmara de Vereadores. E o parágrafo único do artigo 20 traz a seguinte redação:

"Na instalação da Câmara, o prefeito enviar-lhe-a, com a proposta do orçamento, mensagem em que se informe de todos os atos da sua gestão no exercício imediatamente anterior, e prestar-lhe-a as suas contas".

Ao dispor, no artigo 40, que as leis do Distrito Federal seriam feitas pelo Congresso Nacional, até a instalação da Câmara de Vereadores e, ao determinar que as eleições dos representantes teriam lugar pela primeira vez em três de outubro de 1962, Juscelino Kubitschek parece ter inaugurado um completo silêncio a respeito do assunto.

Essa é a dedução a que se chega após conversar com diversos parlamentares, todos desconhecedores do assunto. Arriscam uns ter sido a citada lei revogada por uma outra, conhecida por "Lei Santiago Dantas". Um indicio importante é o de que a lei que dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, assinada em 10 de dezembro de 1964, determina que a proposta orçamentária do DF deva ser encaminhada, anualmente, ao Congresso Nacional, antes de apresentada à Presidência da República.

ESQUECIMENTO DA CÂMARA

Na legislação básica do "Distrito Federal e sua nova Estrutura Administrativa", entre a lei que determina a instalação da Câmara de Vereadores e a 4.545, que determina ao Congresso competência para exame e votação da proposta orçamentária do DF, não existe nenhum conceito, nenhuma explicação para o esquecimento da Câmara de Vereadores. Desconhecem, também, os parlamentares entrevistados que Juscelino, Jânio ou Jango tenham anulado a lei da representação política.

A Lei 3.751, foi assinada pelos seguintes ministros de Juscelino: Armando Ribeiro Falcão, Jorge do Paço Mattoso Maia, Odílio Denys, Horácio Lafer, Sebastião Paes de Almeida, Ernani do Amaral Peixoto, Clóvis Salgado, Fernando Nobrega, Francisco de Mello e Mário Pinotti. O ex-ministro Amaral Peixoto, hoje senador emedebista pelo Rio de Janeiro, não pôde falar da lei por estar doente.

CLAMOR DA POPULAÇÃO

O intento de dar a Brasília, com seus 18 anos, uma representação política levou, recentemente, o senador Cattete Pinheiro (Arena-PA) a plenário, para considerar "romântico" negar a almejada representação política da cidade e para bradar:

— A providência atenderá ao clamor da população, reconhecendo a validade inegável dessa aspiração do povo da capital do país, que tomou consciência da restrição ao seu direito de sufrágio e decidiu enfrentá-la.

Indagado pelo telefone sobre a validade da representação política para a cidade, respondeu, ontem, o senador Agenor Maria (MDB-RN):

— Mais que justo. Porque um milhão de habitantes sem representação política é, realmente, o fim da picada.

Mais tarde, no seu gabinete, o senador dizia que "Brasília não é melhor, nem pior que as outras cidades" e que "pelos problemas sociais que, dia-a-dia, crescem, a representação do povo servirá para minorar os desafios da cidade".

Para o arenista Gustavo Capanema, "só podemos admitir como representação o que está determinado na Constituição Federal". Recusou-se o parlamentar mineiro a fazer mais comentários sobre o assunto, em virtude de "não ter ainda conhecimento da posição do partido do Governo".

O ponto-de-vista do senador arenista Daniel Krieger é o de que o Distrito Federal não deve ter representação política, em virtude de não ser um Estado da Federação. Argumenta o senador que "o que se procura foi fazer de Brasília uma capital sem interferência política. As leis votadas pelo Senado Federal já demonstraram ser o órgão suficiente para desempenhar a incumbência constitucional".

Favorável a uma Câmara de Vereadores para a cidade, o argumento do arenista Jessé Freire (senador pelo Rio Grande do Norte) é o da necessidade de manter uma tradição. "Se o antigo Distrito Federal possuía representação política, Brasília, pela sua própria evolução, merece o mesmo. Acima de tudo, porque os problemas da cidade seriam melhor discutidos".

RESPOSTA DEFINIDA E OBRIGAÇÃO SOCIAL

Acentua o senador Agenor Maria que a representação política dá um sentido de resposta definida e obrigação social à população. Favorável ao parecer de Cattete Pinheiro de que "Brasília precisa de legisladores seus", diz que "a chave do problema está em mostrar ao Governo revolucionário que Brasília, independentemente de precisar de representação popular, é a definição melhor para um povo carente de defensores, pois a responsabilidade daqueles que recebem o sufrágio popular é a de cumprir os encargos e deveres que o mandato outorgado pelo público o obrigam, sob pena de perderem a representação".

— E quanto ao argumento de que uma Câmara de Vereadores aqui seria uma repetição da do Rio de Janeiro - conhecida por "Gaiola de Ouro"?

— O povo brasileiro está evoluindo e um povo emancipado sabe votar. O povo que coloca um representante em cima, coloca-o, também, em baixo. Dependendo do povo, a gaiola de ouro se repetirá, mas, por ruim que seja, ainda é o povo quem manda. Mesmo que se repetissem os problemas da Câmara do antigo Distrito Federal, ainda assim a representação seria do povo; e o povo deve ter a liberdade de escolher seus representantes. E eu indago: de quem é a responsabilidade pela eleição do Presidente da República? Não é justo que o Governo escolha mal e o povo sofra. Não é justo que o povo pague sem dever. Acho que é o povo, ainda, quem sabe escolher. Porque se o administrador erra, é, infalivelmente, o povo quem paga.

— E quanto ao fato de ser a comissão do DF no Senado a encarregada de legislar para o Distrito Federal?

— Todos os membros da comissão têm compromissos maiores com os eleitores dos seus estados. Eles não têm o tempo hábil, nem condições para tentar resolver os problemas de Brasília. Além do mais, nenhum dos senadores membros da comissão foi eleito pelo povo de Brasília.

Como representação política para a cidade, sugere o senador Agenor Maria que cada cidade-satélite devia eleger dois vereadores, um da Arena, outro do MDB, e, conforme as peculiaridades, poderiam eleger dois representantes de um mesmo partido.

— Com esses representantes, o povo seria assistido em suas reivindicações, e a votação das leis seria, fundamentalmente, em defesa do interesse social.

Já o senador Daniel Krieger apresenta como argumento maior para não se instalar uma Câmara em Brasília o fato de a cidade ter sido planejada com outras características.

— Não é uma cidade como as outras. A exemplo de Washington, não deve ter representação política.